

**Pauta:** Esclarecimentos sobre a parceria e as ilações sobre os descumprimentos contratuais por parte da SPDM nos prontos atendimentos da Lomba do Pinheiro e da vila Bom Jesus

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** (10h10min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Registro a presença do Ver. Oliboni e da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo. Em seguida estarão chegando os demais componentes dessa comissão. A pauta de hoje foi proposta pelo Ver. Oliboni, para tratarmos de esclarecimentos sobre a parceria e as conclusões sobre os descumprimentos contratuais, por parte da Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina – SPDM, relativo aos prontos atendimentos da Lomba e da vila Bom Jesus; esse contrato foi assinado na gestão do governo Marchezan, em 2019, para dar conta do serviço da Bom Jesus e da Lomba do Pinheiro. Estão presentes conosco aqui: Sra. Ana Almeida, representando o conselho gestor da Lomba do Pinheiro, seja bem-vinda; Sra. Margarida Gonçalves, conselheira da temática da saúde e assistente social; Sra. Taís Anelo, coordenadora da Coordenação Municipal de Urgências; Sr. Rudinei Pinto e Sra. Séfora Mota, da Secretaria Municipal da Saúde, assistência comunitária. Convidamos para compor a Mesa: Dr. Fulvio e Dr. Favio, da Secretaria Municipal da Saúde; Sra. Isadora Grumbt Najjar, representando a PGM; Sra. Maria Inês Bothona Flôres, representando o Conselho Municipal da Saúde; Sra. Gislaine e o Sr. Mario Monteiro, representando a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina – SPDM; Sr. Daniel Sauer Wolff, representando o Simers; Dr. Rafael Abech Dias, representando a OAB-RS; Dr. Mauro, representando o Ministério Público. De imediato vou passar para o proponente, Ver. Oliboni.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Bom dia, nobre colega, presidente da COSMAM, Ver. José Freitas, Ver.<sup>a</sup> Cláudia, demais colegas estão para chegar; saudando aqui, não só os representantes da Secretaria Municipal de Saúde, do governo municipal, como também da SPDM e as demais entidades que vieram aqui. Cidadãos e cidadãs que estão presentes, demais representantes da

Lomba, que falam pelo pronto atendimento e demais convidados desta reunião na COSMAM, nós já pautamos esse assunto desde o governo anterior, quando o governo Marchezan resolveu fazer um termo de colaboração, vamos dizer assim, com uma empresa que tem a concessão dos serviços do pronto atendimento da Bom Jesus e da Lomba do Pinheiro. Nós tentamos, naquela ocasião, ter conhecimento do contrato. Acompanhando esses serviços prestados às comunidades, tanto da Lomba do Pinheiro como da comunidade Bom Jesus, dialogando com a comunidade, sempre percebemos que há uma certa dificuldade de atender à demanda existente. Sempre tem queixas do atendimento. Poderia dizer aqui algumas delas, como, por exemplo, a demora do atendimento, que chega a ser de quatro a oito horas; pacientes que ficam baixados no pronto atendimento e demora oito, dez dias para serem colocados na rede de baixa hospitalar; mas, principalmente, nos chama muito a atenção que, pelo contrato realizado pela SPDM com a Prefeitura, tem alguns requisitos que deveriam ser cumpridos ao longo do contrato, que dura cinco anos. Nós estamos indo para o quarto ano de contrato; ele se iniciou em 22 de setembro de 2019 e pode se encerrar, se não me engano, em novembro do próximo ano. Nós percebemos que, nesse tempo todo, um dos grandes objetivos do governo naquela ocasião era transformar esses dois prontos atendimentos em UPAs. Para transformá-los em UPA, a SPDM estaria recebendo recurso. Tem aqui o Ministério Público, que pode nos auxiliar também sobre esse contrato celebrado, feito. Então, eu vou discorrer sobre o que me chama muito a atenção: esse não cumprimento do contrato celebrado, mas lembrando que, por exemplo, hoje, se tem 10, 12 leitos, eles tinham que ter um número de leitos, tipo assim, 22 leitos. Transformar em UPA porte III tem uma outra dimensão enorme, que vai de fato atender ao atendimento regional, se subentendia no momento. Eu creio que esse seria o objetivo principal do termo de colaboração. (Lê partes do documento com intercalações pessoais.) O termo de colaboração entre o município de Porto Alegre e a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina tem por objeto o gerenciamento e operacionalização das unidades do pronto atendimento de Bom Jesus e Lomba do Pinheiro, pelo colaborador, ao Sistema Único de Saúde, em minuta de cooperação, conforme Plano de Trabalho –

Documento Descritivo Assistencial e, de acordo com o disposto no edital, anexos ao presente Termo de Colaboração e que dele fazem parte integrante. Eu faço questão de fazer a leitura de alguns itens do contrato, porque chamou muito a atenção algumas questões afirmadas no contrato. As unidades de pronto atendimento são componentes da rede de urgência e emergência, com funcionamento 24 horas, 7 dias por semana, ininterruptamente, por atendimento por demanda espontânea e regulada pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) O atendimento médico. O serviço de atendimento médico engloba consultas clínicas, pediátricas, atendimento em sala de observação adulto e pediátrica e atendimento em sala de urgência. Nas cláusulas sexta e sétima, o que me chama muito atenção é a qualificação para unidade de pronto atendimento 24 horas (UPA 24 horas). Será objetivo da reforma a adequação dos espaços dos prontos atendimento para a UPA porte III, devendo o colaborador providenciar a elaboração do projeto executivo, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro, no prazo de três meses, a partir da assinatura do termo de colaboração. No caso, nós estamos na cláusula sexta, item 6.3. O acompanhamento da reforma e das etapas anteriores, conforme o item 6.1, a que me referi agora há pouco, serão realizadas pelo gestor da parceria com apoio da coordenação da infraestrutura e manutenção do município. Item 6.4: O colaborador deverá providenciar os meios necessários para aprovação do projeto e qualificação pelos órgãos competentes. O colaborador ficará responsável pela aprovação dos projetos arquitetônicos de acordo com o código de obras do Plano Diretor do Município. E aí vem a grande questão. Cláusula Sétima: Recursos Financeiros – 7.1 O valor mensal estimado de repasse do Fundo Municipal de Saúde do presente Termo de Colaboração importa em R\$ 3.863.172,27 (três milhões e oitocentos e sessenta e três mil e cento e setenta e dois reais e vinte e sete centavos), deste valor: R\$ 1.931.620,62 (um milhão e novecentos e trinta e um mil e seiscentos e vinte reais e sessenta e dois centavos) referentes às atividades e reformas para qualificação no Pronto Atendimento... Isso está sendo feito? São quatro anos, e a comunidade não vê isso. Semelhante a isso, tanto na Lomba do Pinheiro como na Bom Jesus. Poderia ir para a cláusula nona. Cláusula Nona: 9.2 O Termo de

Colaboração contará com uma Comissão de Monitoramento e Avaliação que será constituída por representantes do Colaborador e da SMS e membros do Conselho Municipal de Saúde, devendo reunir-se nos meses de junho... E tem todo um calendário de reuniões para fiscalizar, tanto o acompanhamento do atendimento como também da obra. Essa comissão, como ela deveria ter sido formada? Do Colaborador: um representante e um suplente; II. Do Conselho Municipal de Saúde: um membro e um suplente; III. Da SMS: até três representantes e três suplentes. A grande pergunta: foi feito isso? Vou lá para a cláusula 13ª. 13.1 O presente Termo de Colaboração poderá ser rescindido total ou parcialmente pelo Município, sem prejuízo do cumprimento de todas as disposições contratuais ocorridas até a rescisão – quando ocorrer descumprimento de suas cláusulas ou condições. E aí vem a grande questão: o Município está fazendo a sua parte de fiscalização? Porque nas três reuniões que nós fizemos, nós não vimos isso; e, nas três vezes que nós fizemos reunião aqui, duas delas a SPDM não compareceu. Nobre presidente, era a principal indagação, inicialmente, para poder ouvir aqui os interessados, para depois nós abríamos o debate. Obrigado.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Obrigado, Ver. Oliboni. Convido o Paulo Bobeck para fazer parte da Mesa.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Bom dia a todas e todos; bom dia, colegas vereadores, presidente Freitas, proponente Ver. Oliboni. É uma pauta extremamente importante, que, como bem disse o Ver. Oliboni, nós já falamos e já discutimos outras vezes. Eu acho que, dentro da fala do Ver. Oliboni com relação a atendimento, demora, isso não é um privilégio da UPA Bom Jesus; infelizmente, isso é um fato que ocorre em todo o atendimento, principalmente de emergência da nossa cidade; as pessoas ficam muito tempo. Eu recebo muitos pedidos de ajuda em função disso, principalmente Hospital Restinga e outros, em que o paciente fica dez, doze horas, às vezes, esperando para ser atendido. Então eu acho que esse não é o fator principal; a gente tem que melhorar, sim, mas eu acho que essa não é a pauta mais importante. O

importante é que nós fizemos um contrato com a SPDM, que se comprometeu a fazer e a entregar melhorias para a nossa saúde pública e não fez. Acho que é isso, a coisa tem que ser extremamente objetiva e simples, que é: por que não entregaram, por que não fizeram e por que não foram cobrados? E é isso o que a gente tem que ouvir aqui hoje. Muito obrigada.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Obrigado, vereadora. Ver.<sup>a</sup> Mônica.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Bom dia, presidente, colegas componentes da Comissão de Saúde, demais convidados que estão aqui. Eu penso que a questão é tão simples, é esclarecimento. Eu estava vendo aqui o material, o que se pede é justamente aquilo que tem nos preocupado, que são os esclarecimentos, as parcerias, os descumprimentos contratuais por parte da Secretaria da Saúde, do Pronto Atendimento da Lomba do Pinheiro, mas eu vejo aqui também, por outro lado, querido Ver. Oliboni, que a Prefeitura de Porto Alegre assinou o contrato nessa terça-feira, dia 22 – não foi assinado um contrato? –, pelo que eu tenho informação, acho que a vice-líder do governo pode nos colocar a par depois, justamente com a ampliação de serviços. E nesse contrato estão previstas metas de atendimento, eu não sei se eu tenho a informação correta, mas é o que eu recebi, ou seja, se incentiva que a entidade atenda cada vez mais rápido e em maior volume, e isso, certamente, vai definir, vai resolver essa demora, vai diminuir, vai melhorar o atendimento. É o que se sabe, eu não sei se eu estou com a informação correta, mas é o que eu solicitei e gostaria de ouvir os senhores e as senhoras.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Só lembrando que esse contrato foi firmado, Ver.<sup>a</sup> Mônica, lá em 2019, ele vence agora em 2025. Foram feitos vários aditivos. Fazer um novo contrato, qual foi o motivo de fazer um novo contrato? Nós queremos saber o não cumprimento do contrato até o momento. Nós tínhamos metas a serem alcançadas, elas não foram por quê? Qual a justificativa que a empresa vai trazer para nós, qual a visão do governo em relação à fiscalização? Porque o vereador também tem esse papel de fiscalizar os serviços

da cidade, porque ali está sendo empenhado recurso público. Nós estamos fazendo a nossa obrigação de colocar aqui o gestor público, independente de quem quer que seja, uma parcerização feita com uma entidade que por sua vez não está cumprindo o contrato ao nosso ver. Foram feitas algumas modificações ao longo desses quatro anos que nós não estamos sabendo? Nós queremos saber, porque em tese, o contrato original firmado naquela ocasião ele não está sendo cumprido. Em não estar sendo cumprido, o Município poderia rescindi-lo a qualquer momento. Essa é a grande questão. Tem esse grande foco: num determinado tempo, pelo valor que a empresa está recebendo, ela deveria já estar fazendo reformas para se transformar em UPA porte 3, coisa que não está acontecendo. Ou está acontecendo agora ou tem um novo prazo, tem um novo aditivo e nós não estamos sabendo. Essa é a grande discussão, por isso estamos aqui para discutir.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Obrigado, vereador. Está conosco também Terezinha Medeiros, do conselho gestor da Lomba do Pinheiro. Passo a palavra ao Sr. Mario Monteiro, da SPDM.

**SR. MARIO SILVA MONTEIRO:** Bom dia. Meu nome é Mario Monteiro, eu sou diretor superintendente da SPDM, são três superintendências e a superintendência que eu estou responsável é a que é responsável pela implementação deste termo de colaboração. Rapidamente, a SPDM é uma instituição filantrópica, ela é reconhecida em nível municipal, estadual e federal. os três níveis de gestão como entidade pública, ela tem certificado de beneficência em assistência à saúde, com isso isenção de impostos, não recolhe INSS patronal, o que já acarreta uma economia ao Município na parte de recursos humanos em torno de 27%, e estamos na área de atuação em saúde e ensino desde 1933. Neste ano a SPDM faz 90 anos de existência e a sua matriz que é o hospital São Paulo, o hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo. Eu sou docente aposentado da Universidade Federal de São Paulo, então, rapidamente, essa apresentação. Esse contrato, como tem sido falado, ele não é um contrato, ele é um termo de colaboração onde não existe a



finalidade lucrativa, não existe rubrica de lucro, taxa administrativa, nada disso, é uma conjunção de esforços entre o poder público, no caso aqui a municipalidade de Porto Alegre e a instituição. Então é esta a intenção, não visando nenhuma finalidade lucrativa, essa é a característica desses termos jurídicos realizados com entidades do terceiro setor, da qual nós somos uma das maiores do Brasil com atuação, além de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Fortaleza, Rio Grande do Sul e outros estados, sempre com esta característica. Está se falando aqui em descumprimento do termo de colaboração, então aqui alguns pontos que a gente tem que colocar, que eu acho que são importantes: a assinatura desse termo de colaboração foi feita em novembro de 2019, como foi colocado, e nós estamos olhando a história pelo retrovisor agora, nós estamos olhando para trás, pelo retrovisor. Em fevereiro, março de 2020, todos aqui são sobreviventes da maior pandemia que aconteceu no globo terrestre, todos nós somos sobreviventes, nós vivemos um momento *sui generis* não em Porto Alegre, não no Brasil, mas no mundo, onde as atividades ficaram voltadas praticamente 100% para as doenças respiratórias. Não se podia pensar naquele momento, em 2020, e nós tínhamos apenas quatro meses de execução do contrato, não tínhamos recurso para começar a obra, até porque só tínhamos recebido três meses de pagamento, e a pandemia veio a trazer, só a presença dela, a prorrogação, por motivos óbvios, e ninguém fazia cirurgia, ninguém fazia exame... Hoje muitas pessoas estão sendo diagnosticadas com câncer avançado por conta dessa falta de diagnóstico precoce desse período da pandemia. A vacinação começou em 2021, em fevereiro de 2021, e a pandemia apresentou alguns picos. Então, nós vivemos, pelo menos até o final de 2021, com essa sombra sobre a humanidade, inclusive nós, Município e SPDM. É óbvio que, a partir da volta à normalidade, podemos chamar assim, da situação da assistência à saúde, a SPDM entrou com o pedido de aprovação dos projetos na vigilância sanitária. Nós podemos iniciar um projeto sem autorização da vigilância? Absolutamente não. Não é possível. Por quê? Vai ser uma obra irregular. Ela vai ser embargada, ela pode ser pedida para ser demolida. Então, absolutamente não se inicia uma obra sem a autorização da vigilância. Então, nós entramos com os projetos. O projeto da

Lomba do Pinheiro foi aprovado no mês de abril, e ela foi iniciada no mês de, se eu não me engano, julho, agosto, ou alguma coisa assim, e está em pleno andamento a obra.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

**SR. MARIO SILVA MONTEIRO:** Deste ano, 2023. Então, essa é a sequência natural dos fatos olhando não pelo retrovisor, mas revivendo o que todos nós aqui vivemos na ocasião da pandemia. A Bom Jesus também teve os seus projetos apresentados, é uma obra também delicada por conta de que existe a necessidade de se iniciar a obra e se manter o atendimento, o que traz problemas de logística, de atendimento, obviamente. A aprovação do projeto na Anvisa da obra da Bom Jesus saiu faz 30 dias aproximadamente. Então, esses são os prazos. A Covisa ficou paralisada durante o período da pandemia e, assim que possível, nós entramos com os projetos: um foi aprovado em abril, está em execução; e o outro foi aprovado faz um mês, com previsão de início para novembro agora. Então, essa é a cronologia dos fatos. O que é alegado aqui como descumprimento... Não acredito que isso possa caracterizar descumprimento. Nós estamos falando da necessidade dessas adaptações, porque elas vão poder qualificar as duas unidades como UPAs tipo 3 e, com isso, o Município vai poder receber recursos por conta dessa qualificação no Ministério da Saúde. A previsão de obra da Lomba é para 12 meses, então a gente deve estar com a finalização da obra para metade do ano que vem aproximadamente e, com a Bom Jesus começando partir de novembro, o prazo é de 12 meses também. Provavelmente, a gente deve estar finalizando o nosso contrato com a finalização da obra.

Do ponto de vista desse ponto que foi colocado como simples, mas não é simples, porque não depende só de querer começar essa obra, a gente depende de órgãos de aprovação. A obra de uma estrutura hospitalar é diferente de a gente construir uma casa, construir um prédio, um galpão, pois ela tem uma complexidade de estrutura. Nós vamos mexer em prédios antigos, que precisam ser avaliados, cujos projetos de estrutura, de manutenção precisam ser feitos,



para que não ocorra nenhuma... Isso tudo leva tempo. Os recursos hoje estão reservados, porque nós fomos reservando esses recursos em conta corrente. O Município acompanha isso. Existe hoje... Bom, esse é o primeiro ponto então, para gente esclarecer a parte de obra.

Do ponto de vista assistencial, as duas UPAs, nós não tivemos nenhuma a não ser... Não, “nenhuma” eu estou exagerando. Tivemos um não atendimento às metas, que foi no primeiro mês, na primeira semana, em que nós não tivemos um pediatra em um plantão, e nós fomos descontados. A partir de então, existe uma fase de maturação de um serviço; a partir de então, nós não tivemos nenhum apontamento no que diz respeito a atingimento de metas. Todas as metas foram alcançadas e, muito pelo contrário, hoje, por exemplo, nós estamos com a Bom Jesus com 22 pacientes internados, só que a previsão orçamentária é para 6 pacientes. Na hora em que nós temos 16 pacientes a mais do que o orçamento, nós estamos tendo alimentação, medicação, enfermagem, médico, lençol; então, é uma série de despesas que vão além do que está planejado no orçamento. Isso plenamente nós desenvolvemos ao longo desses quase quatro anos. Então, demorar, demora, e é por isso que a gente tem uma coisa que chama acolhimento na unidade. A gente classifica os pacientes por criticidade. Então, ficha azul, a ficha azul é aquela em que o paciente não deveria estar lá, o paciente não deveria estar na UPA, ele deveria estar na Unidade de Saúde trocando a receita dele da hipertensão arterial. Mas ele vai lá para UPA porque é mais perto de casa, tem médico e ele sabe que ele vai ser atendido, só que esse paciente, o da ficha verde, são os que não têm urgência; esses pacientes são os que, vamos chamar assim, ficam mais tempo dentro da UPA. E é claro, eles veem pacientes passando na frente dele, ficha amarela, ficha vermelha, ele não é obrigado a saber, a ficha amarela é aquele que precisa ser atendido em 30 min; o paciente de ficha vermelha é atendimento de imediato, porque é risco de morte, e o paciente que está lá com a sua ficha azul e a ficha verde, aguardando para ser atendido do seu resfriado, da sua gripe, etc. etc. e ele fica nervoso. Isso não é um apanágio das UPAs; isso é Brasil; não é SUS. Se você for no Einstein, em São Paulo e no Sírio-Libanês, você vai demorar 4, 6, 8h de atendimento. É isso. Essa é uma realidade nossa. Eu não estou aqui para discutir

sistema de saúde do município, obviamente, claro. Mas isso são problemas comuns ao sistema único de saúde. Então do ponto de vista assistencial, o nosso atingimento de metas é 100%, é 100 %, aliás, nós estamos 130%, não há que se falar em descumprimento assistencial, que acho que deveria ser o foco principal dessa reunião. Mas do ponto de vista da outra obrigação, de termo de colaboração que é o das adequações físicas das UPAs, dos prontos atendimentos, na realidade, é essa a colocação cronológica que eu coloquei e que eu acredito que isso não venha a ser um descumprimento. Aí a gente poderia ter outras situações para discutir. A obra, só para gente ter uma ideia, orçada lá atrás em 2019, no nosso projeto do chamamento que nós fizemos, fomos vencedores no chamamento, a obra da Lomba custava R\$ 2 milhões, a obra da Bom Jesus custava R\$ 1,5 milhão. Hoje as obras estão em R\$ 8 milhões, a Lomba do Pinheiro; e R\$ 6 milhões a Bom Jesus. Todos aqui acompanhamos o *boom* imobiliário que aconteceu, isso, eu acho que é um fator nacional, e eu acho que é uma das consequências dessa tragédia que nós vivemos que foi a pandemia, uma inflação no ano de 2020 de mais de 10%. Nós a absorvemos nesses quatro anos já quatro dissídios, um está pendente, na realidade, e essa é a situação.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Presidente, se me permite. Dr. Mario, nós não estamos aqui lhe mandando embora; nós, como vereadores, queremos que o senhor cumpra o contrato. Para mim, estou me apropriando das informações agora – os colegas vereadores têm opinião pessoal -, para mim, há um descumprimento do contrato. Se foram feitos aditivos nesse período da pandemia, nós não estamos sabendo, inclusive, na última reunião a SPDM não veio na reunião. Se eu não me engano, teve uma que... Mas tudo bem. Foi online? E não foi dito que estavam sendo apresentados os projetos, nem pelo Executivo e nem pela SPDM. O senhor acaba de dizer que foram feitos os projetos, foram aprovados pela Secretaria Municipal de Saúde, contempla a UPA porte três, qual é o novo prazo que foi dado, se será extinguido o processo lá em novembro do ano que vem, vamos dizer assim, tem prazo hábil? Vocês vão fazer um novo aditivo? Essa é a questão na parte da obra, como o senhor se refere.

A questão da assistência, eu não fico satisfeito de um cidadão ficar esperando 8h, Dr. Mario! É impossível! Então, por que o senhor ou a gestão pessoal, não diga: o cidadão não é lá urgência ou emergência e vai demorar 8h; o senhor pode ir em tal lugar que será atendido. O gestor público pode dizer onde vai ser atendido? Ele não tem como, porque a unidade de saúde recomenda, às vezes, um pronto atendimento ou, às vezes, é sábado e domingo, estão fechados os postos de saúde, Dr. Mario. Os prontos atendimentos de 24h é exatamente para terem resolutividade, não tem como ficar esperando 8h, só porque ele é azul ou verde. Nós temos que entender esse processo. Até ele não ter um diagnóstico claro que é hipertenso, ou não, ele tem que ser atendido. A enfermeira só vai verificar a pressão. Eu trabalho há 40 anos na saúde, não sou enfermeiro, mas 40 anos na saúde, entende? Não sou leigo aqui no assunto. Então vamos ouvir o Município, se me permite, acho que é importante dar o contraponto, para saber de que forma então aqui o controle social e os demais aqui participantes da reunião, tem a Inês, que é do Conselho Municipal de Saúde, que tenho certeza que esse assunto não chegou no Conselho Municipal de Saúde. Foi formada a comissão que dá controle e acompanhamento da fiscalização? Parece-me que não, está no contrato.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Só quero esclarecer alguns pontos. Eu entrei em contato agora com secretário da Saúde, então é importante deixar claro aqui que a Secretaria da Saúde está fiscalizando o contrato e não é verdade que não cumprem o contrato. Eu entendi, e reafirmo através do secretário, que faltava apenas a obra que já está sendo equalizada e as duas obras serão finalizadas até 2024. Os gestores das UPAs têm feito ações de cuidados de pessoas com resultados bastante positivos e outra questão que faltava era a obra que atrasou por causa da pandemia, nós sabemos que uma obra quando ocorre uma situação atípica, obra já atrasa, quando acontece uma situação atípica, uma tragédia como foi a pandemia, normal que isso ocorra. Então começou o mês passado na Lomba do Pinheiro e este ano pretendem

começar também a obra da Bom Jesus, previsão, conforme o secretário, é encerrar essas duas obras em 2024. Eu vi necessidade, comecei a falar no contrato, tem início, meio e fim e está aqui a resposta do secretário, falei com ele agora.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** O Sr. Favio Telis está com a palavra.

**SR. FAVIO TELIS:** Bom dia a todos; Ver. José Freitas, presidente da COSMAM, satisfação; cumprimentando também o Ver. Oliboni, proponente, cumprimento os demais vereadores aqui que sempre nos acolhem muito bem e temos uma excelente relação; cumprimento o Dr. Mauro, do Ministério Público, também temos trocado muitas ideias e a situação da saúde que a gente sabe que não é fácil; a SPDM tem sido uma parceira e tem ajudado, sim, a resolver o problema de saúde do município; cumprimento também a Dra. Isadora, representando a nossa PGM, muito obrigado pela presença. Vereadores, a pauta demora de atendimento, demora a dificuldade de leito hospitalar ninguém está conforme, vereador, ninguém vai e nem pode – acho que no momento em que alguém um dia se conformar com isso está no lugar errado ou está vivendo em outro mundo –, eu acredito que seja uma pauta para ser tratada, sim, que a gente possa ver soluções, o senhor que foi da área da Saúde por 40 anos talvez tenha ideias e proposições que a gente possa talvez implementar no nosso sistema de saúde para que resolva o problema e dinamize algumas situações que talvez a gente possa não estar vendo. Como foi falado, e nós vivemos e a gente conseguiu ter bem isso muito claro, tanto no período da pandemia quanto, principalmente, nos períodos da operação inverno as pessoas que procuram os prontos atendimentos. A gente via o mapa, nós temos um mapa de acompanhamentos, *dashboard*, dentro da secretaria onde a gente olhava os gráficos e 80%, 90% das pessoas poderiam ter resolvido a sua situação, o seu problema dentro da unidade básica, mas ela, seja pelos motivos que forem que talvez a gente tenha que, sim, verificar e ver o que estão fazendo elas irem nas nossas unidades de pronto atendimento, mas são ocupadas por elas e elas têm essa dificuldade. Ou seja, o número de profissionais dentro do pronto atendimento está adequado

dentro do contrato e dentro do que se permeia para comunidade ser atendida e bem atendida. Então acaba que alguns percalços como esses das fichas azul e verde que deveriam estar sendo atendidas na unidade básica acabam dificultando um pouco mais o bom andamento dos prontos atendimentos. Com isso não quer dizer que a gente esteja conforme, vereador, então volto a repetir, nós temos, sim, que é uma outra pauta. Acho que a pauta que permeia a reunião de hoje é justamente a questão da infraestrutura, da readequação, da requalificação dos prontos atendimentos para transformar, sim, a UPA, porte 3, ampliada, esse é o contrato. Vivemos, e acho que foi muito bem colocado aqui, não sou advogado da empresa, mas a questão da pandemia, ela justifica e explica muita coisa que nós vivemos principalmente no setor econômico e que nos fez com que muitas situações ficassem entravadas e uma delas foi o sistema de obras. Então atrasou, dentro dos municípios, de um modo geral, no Rio Grande do Sul inteiro, no Brasil, pavimentações, por exemplo, porque não tinha concreto, não tinha tijolo, não tinha ferro, o ferro aumentou o custo – quem sabe, quem faz uma obra e faz em casa sabe o quanto que triplicou o preço de qualquer obra – e isso foi um problema, sim, para empresa. O Município, no momento, se deu – e eu não estava obviamente também aqui –, mas o Município se deu um prazo justamente pela justificativa da pandemia e com todos os seus problemas. No momento que passou a pandemia, o Município começou a cobrar a questão da retomada das obras, e a empresa justificando a questão dos custos que precisavam ser revistos. O Município, obviamente, com a dificuldade orçamentária e previsão orçamentária e financeira fixa também não abria mão de que iniciasse e depois se revisse. Bom, nessa celeuma, se eu não me engano, mas depois a doutora pode fazer a memória jurídica disso, foi judicializado o processo por parte da empresa, que também acabou dificultando muito para a gente entrar, cobrar e conseguir chegar num denominador comum. Quando já estava no processo judicial, eu comecei a participar das reuniões para tentarmos chegar num acordo, porque não é de interesse de ninguém, vereador, que se encerre um contrato. E vai ser apresentado aqui pelo Bobek, o Paulo trouxe uma apresentação, eu peço que nos permitam que ele apresente onde tem os números, os dados, onde o contrato vem sendo cumprido. E nós estamos

falando numa parcela dele que poderia já estar em andamento que é a obra. A questão de atendimento assistencial da comunidade, em que pese tenha alguns pontos que precisamos rever – demora no atendimento que não é só ali, é geral isso, e podemos depois enumerar diversas situações que dificultam isso –, mas na parte estrutural, há, sim, agora um cronograma. O Município acabou chegando num acordo com a empresa onde ela retomou essa obra e está em franco atendimento, está em andamento. Tem um cronograma que eles superestimaram, depende de todas as situações, inclusive em que se viva dentro de um mundo ideal. Daqui um pouquinho, pode melhorar e acelerar a obra, como pode também ter percalços durante o período e atrasar a obra. Mas a gente não quer... E a dificuldade nossa, vereador – e pode ter certeza de que nós sentamos e discutimos com a equipe e com o secretário –, é que saindo a SPDM amanhã, rescindindo o contrato, sendo definido e decidido pela gestão e pela própria Câmara de Vereadores, quem é que assume o atendimento em 24 horas ou em 12 horas para a comunidade? Quem é que passa a atender? O Município tem capacidade operacional e de mão de obra para assumir esse atendimento? Não, não tem, nós não temos a capacidade instalada como Município, como gestão, de assumir isso em 24 horas. Então, causaria um caos na saúde. Se hoje o senhor está reclamando de 6 horas, de 4 horas de atendimento, imagine dois prontos atendimentos fechados da noite para o dia, a comunidade tendo que ser deslocada talvez para outros lugares.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** O senhor me permite?

**SR. FAVIO TELIS:** Eu lhe permito, só me permita concluir, vereador. Já lhe dou a palavra.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Mas o senhor tem que lembrar que o governo anterior, ao fazer essa mudança da terceirização, transferiu todos servidores públicos de lá para outros serviços públicos e nunca mais fez concurso público. Então, não venha colocar no colo nosso. É do gestor isso. Se o gestor não está preparado para suportar uma possível rescisão de contrato...



E ninguém está pedindo a rescisão do contrato agora, entendeu? O senhor está radicalizando. Tem que entender que contrato é para ser cumprido, se ele não está sendo cumprido, é para ser feito um novo aditivo e remodelar isso, coisa que os senhores estão justificando agora em função da pandemia e nunca foi dito aqui. Não venha dizer que o poder público não tem... Não tem, porque destruíram a função principal do servidor público naquela ocasião. É por isso, e não teve mais concurso.

**SR. FAVIO TELIS:** Acho que essa é outra pauta também, vereador.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** É importante dizer.

**SR. FAVIO TELIS:** Está bem, tudo bem, mas hoje a forma *modus operandi* que temos, nós precisamos de tempo para fazer um novo chamamento, uma nova parceria, um novo contrato, e ninguém está radicalizando, vereador. Estamos colocando os fatos concretos, é a realidade caso viesse a acontecer um rompimento com a empresa, que não vemos o caso. Até porque eu volto a dizer que a assistência e o atendimento essencial junto à comunidade que eles nos prestam, que vão ser apresentados os números aqui e os dados, são satisfatórios, sim. A que melhorar? Em todos os pontos e em todos os lugares, nós vamos precisar melhorar alguma coisa em saúde, mas, nesse ponto específico... E nós, então, o Município chegou a um acordo onde está seguindo o cronograma que se refez até 2024. Nós vamos ter esse tempo de 2024, inclusive para debater com a própria Câmara, se assim desejar, a questão da continuidade do próprio contrato que vence em novembro de 2024. Então, nós teremos um tempo hábil de prazo para dizer se queremos renovar, se é de interesse ou não renovar com a empresa nesse período, mas aí nós teremos tempo para discutir e para conversar, não no meio do jogo, onde ele está sendo jogado e as pessoas estão sendo bem atendidas. Agora, que tem que ser feita a obra e precisa entregar e é um compromisso da gestão do prefeito Melo, um compromisso do secretário Ritter em entregar essa obra para a comunidade para que ela tenha sua assistência em saúde amplificada, com certeza é um

cumprimento e nós estamos em cima, estamos fiscalizando, sim. O pessoal da CMU, da diretoria tem ido e feito reuniões periódicas. Em relação à comissão de acompanhamento da obra que o senhor citou, ela tem uma comissão de direito instalada e se está, de fato, fazendo o seu o seu cumprimento, bom, aí teríamos que fazer um chamamento dessas pessoas, ver quem são, mas tem uma comissão instalada, com nomes definidos, até talvez não tivessem feito porque a obra ainda não tivesse iniciado. Mas acho que tudo é ajustável, vereador, mas de um modo geral, em termos do termo de colaboração, ele está em andamento, tem a sua obra iniciada com um cronograma bem definido. Eu gostaria que me permitisse, Presidente, que o Paulo fizesse a sua apresentação e depois a gente coloca igual para os colegas da Prefeitura que também estão na mesa, se quiserem, na verdade, complementar alguma fala. Obrigado.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Muito obrigado, Dr. Favio. Eu vou pedir licença para vocês, pessoal, porque eu tenho reunião com o centro do governo agora, vou passar para a minha vice, a Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo. Obrigado pela presença de todos.

(A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo assume a presidência dos trabalhos.)

**SR. PAULO RICARDO BOBECK:** Bom dia a todos, em função da demanda do Ver. Oliboni sobre a questão do contrato, nós fizemos a compilação dos indicadores que a gente considera os principais ali e o andamento da obra. Pode passar. Aqui só para demonstrar como foi a movimentação de pacientes este ano, a partir de janeiro, do total de atendimentos; em maio chegamos a um pico de quase 8 mil pacientes no total ali, na linha vermelha dá para se observar isso. Na linha amarela, os pacientes adultos atendidos e, na verde, os pacientes pediátricos. A gente teve uma antecipação do inverno, a partir de março, quando começamos com um volume maior de atendimentos. Saímos de 4.470 em fevereiro para 7.218 de março. Provavelmente tem relação também com a pandemia, muita gente parou de circular, começou depois a retomar sua vida normal e os vírus circulam junto. Então a gente vê como teve um impacto no

conjunto dos pacientes. Pode passar o próximo. Esse anterior era da Lomba do Pinheiro. Este da Bom Jesus, da mesma forma, teve um aumento do número de atendimentos a partir de março, tendo um pico em maio e depois diminuiu; teve um leve aumento ali em agosto de 2023. Só para destacar, pode voltar ao anterior, só um minutinho, por favor, ali à direita, na Lomba do Pinheiro, 12,4% dos pacientes atendidos são de outros municípios, não são porto-alegrenses. Pode passar o próximo. E na Bom Jesus, 9,8% dos pacientes atendidos são de outros municípios. A gente tem notado, na Secretaria de Saúde, um fluxo cada vez maior de outros municípios em todos os serviços de saúde, em todos os níveis de complexidade. Isso provavelmente tem relação — vou fazer inferências — com a situação de Viamão, Cachoeirinha, Alvorada e agora Canoas com algumas situações também. Até mesmo em Caxias houve um problema na oncologia pediátrica e a gente também se comprometeu a absorver uns pacientes, então mesmo com a nossa capacidade instalada de todos os serviços do SUS em Porto Alegre já bem movimentados, a gente tem recebido um fluxo cada vez maior de pacientes, principalmente da Região Metropolitana. Pode passar o próximo. Aqui dentro do contrato, uma das questões que tem que ser observada é a taxa de satisfação do paciente que está em observação, são questionários que são respondidos, ficou um pouco cortado embaixo, mas é o atendimento médico, da enfermagem, da farmácia e da questão das estruturas. Então tem uma pontuação dentro do contrato feito, no termo de referência, a média do quadrimestre, no primeiro quadrimestre, foi atingida quase plenamente, foi a 93,7% na questão da taxa de satisfação. No segundo quadrimestre, 91,46%, que é o último quadro à direita, tem a progressão dos meses ali. Então a gente considera que é cumprido esse indicador, dentro do contrato. Pode passar o próximo. Aquele era da Lomba do Pinheiro, esse da Bom Jesus, da mesma forma, no primeiro quadrimestre, atingiu a meta acima de 90 %, teve uma pequena queda que ainda ficou no muito bom, digamos, foi 87,7%. O tempo médio de espera, que foi bem debatido aqui, para classificação de risco na Lomba do Pinheiro, no primeiro quadrimestre, este é o tempo de espera para ser classificado e para ver a situação de gravidade dos pacientes: a espera foi de 5min31s; e, no segundo quadrimestre, 5min57s, o que a gente

considera um tempo adequado para classificação de risco. Na Bom Jesus, são tempos similares, 5min55s no primeiro quadrimestre do ano, e 6min2s no segundo quadrimestre. Chegando na classificação de risco, ali na primeira coluna, onde tem as cores da classificação de risco dos pacientes, é o tempo de espera que é o adequado tecnicamente para que os pacientes sejam acolhidos e encaminhados para o atendimento. Na Lomba do Pinheiro, observando os pacientes em vermelho, que são os graves, que têm risco de perda de vida ou função de algum órgão ou de algum membro, alguma situação mais grave mesmo, o tempo não passou de 2min nos dois quadrimestres. Da mesma forma, na Bom Jesus, foi menos de 1min ainda, esses realmente são os casos mais graves e preocupantes. Os laranja, está aí na sequência, também a gente considera um tempo adequado, menos de 5min para serem processados, atendidos, classificados por risco e encaminhados para o atendimento. No serviço, no sistema mesmo...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SR. PAULO RICARDO BOBEK:** Isso. O tempo de classificação de risco também é bem rápido, é justamente...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SR. PAULO RICARDO BOBEK:** É isso. O que se fazia antigamente é que era por ordem cronológica, tempos atrás, no serviço de emergência, e era um equívoco, porque os pacientes graves ficavam misturados com os que não eram graves, que é a grande massa. À medida que tu vais descendo na classificação de risco, o maior volume de pacientes são os verdes, que são pacientes estáveis, sem risco de uma situação mais complexa, que podem ser absorvidos até dentro da Atenção Primária, mas aí tem as questões das habitualidades, a imensa maioria dos pacientes que acessam os serviços de emergência vão por demanda espontânea. O SAMU, ele acaba transportando com qualidade os pacientes, mas é um menor volume. A gente usa muito o transporte sanitário, às vezes,

entre os serviços, mas a maior parte dos pacientes acessa espontaneamente, inclusive, os de outros municípios, como a gente destacou anteriormente.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SR. PAULO RICARDO BOBEK:** Ah, dentro do sistema...

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Está no boletim de atendimento?

**SR. PAULO RICARDO BOBEK:** Não, tem um sistema que é digital.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SR. PAULO RICARDO BOBEK:** Desde o início, desde a identificação do paciente, vai para classificação de risco, tudo vai sendo registrado no sistema e no prontuário do paciente.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Porque eu chego no pronto atendimento, eu ainda não fiz a ficha lá no balcão, eu ainda não fiz, eu, em cinco minutos sou atendido...

**SR. PAULO RICARDO BOBEK:** Para ser encaminhado para a classificação de risco.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Exatamente. Aí é que é o problema.

**SR. PAULO RICARDO BOBEK:** Entre a identificação e a classificação de risco.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Ali eu recebo, vamos dizer assim, a cor da...

**SR. PAULO RICARDO BOBEK:** Da situação de gravidade, para a defesa da vida, os vermelhos e os laranja vão passar na frente dos outros.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Se o cara está com muita dor, mas for infeliz em dizer que não está com dor, ele muda a classificação.

**SR. PAULO RICARDO BOBEK:** O Protocolo de Manchester, ele tem uma validação científica, então, ele já foi simplificado e testado justamente para abarcar e objetivar com velocidade a maior parte das situações que chegam ao serviço de urgência. É muito difícil que escape alguma situação dessas, até porque, se a pessoa não tem dificuldade de comunicação, tu já vais fazer uma classificação no sentido de que tu precisas absorver mais rápido, para entender o que está acontecendo.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Vamos tentar agilizar, Bobek, a apresentação, porque a gente tem um teto, e eu queria ouvir todo mundo.

**SR. PAULO RICARDO BOBEK:** Está bom, desculpe, vamos adiante. A gente veio preparado para detalhar tudo, mas vamos lá. Aqui, as capacitações dos profissionais, o que está dentro da questão contratual também. Na Lomba do Pinheiro, foram feitas 50 capacitações, desde as questões técnicas, segurança de pacientes, até as questões da comunicação relacional entre a equipe e com relação às demandas dos usuários. Na Bom Jesus, 66 capacitações. Em relação às queixas, digamos, dentro da formalidade do sistema da ouvidoria, a gente vê que foi um volume muito pequeno registrado em ouvidorias, e todas respondidas em tempo adequado, nenhuma situação de maior gravidade. Foram 15 na Lomba do Pinheiro e 20 na Bom Jesus nos dois quadrimestres. Aqui o volume de procedimentos, o Dr. Mario, da SPDM, já falou do volume de procedimentos feitos, passou da meta, então, foi um grande volume de procedimentos feitos no pronto atendimento da Lomba do Pinheiro no primeiro quadrimestre e no segundo, passando de 24 mil no primeiro, e mais de 25 mil no segundo quadrimestre. E aí pegando todo, Ver. Oliboni, ali embaixo ficou um pouco



cortado, mas a apresentação ficou à disposição da COSMAM, o acolhimento, classificação de risco, consultas, procedimentos de enfermagem, atendimentos sala de administração, de medicamentos, atendimento sala de observação. Então, tudo isso é compilado para, justamente, ver o volume de trabalho feito e calcular a necessidade de pessoal para atendimento.

Pode passar o próximo. Esse é o da Lomba, da Bom Jesus, da mesma forma, passando de 22 mil procedimentos de enfermagem. O próximo – aqui só para destacar, da operação inverno, que comparando o ano passado ali, as primeiras cinco colunas de abril a agosto de 2022 e as próximas cinco deste ano, a gente teve um volume maior de pacientes este ano na operação inverno, isso na Bom Jesus. A próxima – na Lomba do Pinheiro, da mesma forma, chegamos a quase 8 mil atendimentos em mais de 23, e divididos naquelas cores.

**SR. FAVIO TELIS:** Na operação inverno, neste ano, para acelerar o atendimento, nós fizemos um aditivo no contrato, que, especificamente no período do inverno, se contrataram mais profissionais: enfermagem, técnicos, médico clínico geral e pediatra, para justamente tentar manter a média, não explodir tanto o tempo de demora no atendimento.

**SR. PAULO RICARDO BOBECK:** Bom, aqui, só para destacar que a informação da placa é para publicizar o investimento, são de R\$ 8.310.053,00, na Lomba do Pinheiro. Nós visitamos no dia 5 de outubro, agora, o início das obras ali. Na verdade, elas começaram dia 11 de setembro, que foi a instalação do canteiro de obras, equipamentos e etc. E logo no início de outubro começaram as obras. Pode passar o próximo. Aqui foi no dia 5 de outubro, a área ali que vai receber as adequações, melhorias e expansão, tanto de locais de atendimento quanto a adequação para a acessibilidade e o acesso do SAMU, e mais banheiros, etc. Pode ir passando, aqui são só as fotos. Aqui é no dia 20 de outubro, neste mês, está na fase de demolir a parte mais antiga para poder realmente fazer as expansões necessárias, para chegarmos a uma UPA porte 3, e é a expansão da capacidade, conforme os parâmetros do Ministério da Saúde, passado os atuais atendimentos, são 250, 300 por dia, para até 400 atendimentos, que é uma UPA

porte 3 está projetada para fazer, para uma população de 200 a 300 mil pessoas. Aqui só para ter uma ideia dos indicadores contratuais, como é que ele é medido, e os critérios estão tudo bem explicitados dentro do Termo de Referência do contrato, mas isso é mais a título ilustrativo. Aqui da mesma forma, todos esses parâmetros são monitorados pela Coordenação Municipal de Urgências, por demanda ali do nosso diretor do Departamento de Assistência Hospitalar Ambulatorial e de Urgências. Seria isso, estamos à disposição para maiores esclarecimentos.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Obrigada, Bobeck. De imediato, passo a Dona Inês, que é do conselho local.

**SRA. MARIA INÊS BOTHONA FLORES:** Bom dia, vereadora; Ver. Oliboni; diretor Favio; que aqui está representando a secretaria; Dr. Mario, que conheci hoje; Dr. Mauro e as pessoas presentes, principalmente o pessoal do Conselho Gestor do PA Lomba do Pinheiro. Quero aqui frisar que o nós continuamos com o PA, Pronto Atendimento Bom Jesus e Pronto Atendimento Lomba do Pinheiro, porque a estrutura tanto física e os profissionais técnicos não são de UPA, são de pronto atendimento. E também o que o Dr. Favio falou, que o Conselho Municipal de Saúde sempre está se fortalecendo, nas nossas falas é que mais de 80% da saúde de Porto Alegre está na mão de terceiros, seja na saúde básica, com quatro empresas, seja nos prontos atendimentos. Eu estava presente, em novembro de 2019, e vi quando a SPDM estava contratando pessoas para trabalhar ali no refeitório do PA Bom Jesus. Então, se acontecer de o contrato ser rompido por alguma das partes, também tem como fazer essa contratação, porque a SPDM fez no dia que assumiu ali a contratação das pessoas, que são as profissionais.

Queria também só falar, enquanto de obra, enquanto conhecedora do PA Bom Jesus, que, ali no PA Bom Jesus, a comunidade, vereadora e vereador, perdeu, nesse período, a farmácia distrital que funcionava dentro ali do prédio do Pronto Atendimento da Bom Jesus, perdeu os consultórios de consultas especializadas, perdeu pediatra, ginecologista, fono e psicólogo, que atendiam ali, para liberar a

área para a reforma. Tanto é que, se vocês observarem, o Dr. Mario falou que a Lomba do Pinheiro está orçada em R\$ 8 milhões e o PA Bom Jesus em R\$ 6 milhões, embora seja uma área bem maior, ela está com um valor menor. Por quê? Porque nós já estamos com os consultórios todos, toda uma ala do Bom Jesus, a vereadora eu acho que conhece ali, toda aquela área dos fundos está liberada já há mais de dois anos. Porque a comunidade perdeu a farmácia distrital, que se deslocou lá para o Morro Santana e os consultórios de consultas especializadas, que a comunidade está sem; tem que se deslocar até lá o Murialdo ou para outro hospital para esse atendimento, e isso era de muita valia para aquela população ali. Quero registrar que meu próprio pai foi atendido ali e não se tem queixa do atendimento. Quando a pessoa é atendida, ela é bem atendida. Embora eu, enquanto conhecedora de saúde, embora seja usuária apenas, e como Conselho Municipal de Saúde, a gente critica porque na época em que era municipalizado, para os médicos poderem atender ali precisavam ter formação em urgência e emergência, coisa que hoje não acontece. Então nós temos essa crítica ali, mas, as pessoas, quando são atendidas, são muito bem atendidas. Não se tem queixa, por enquanto. A não ser aqueles dois fatos que aconteceram, que vocês se lembram, no ano passado, da senhora que veio a óbito por negligência, porque caiu de uma maca, veio a óbito ali; e uma outra situação que nós tivemos que chamar o doutor Favio, foi numa reunião nossa, do Conselho Distrital da Leste, porque uma mãe foi presa, foi chamada a Brigada Militar, foi uma situação de muita violência contra a mulher, porque uma mãe que estava acompanhando um familiar viu uma outra mãe, cuja filha estava convulsionando e não estava sendo atendida; ela literalmente colocou o pé na porta. E aí os profissionais, também no seu direito, chamaram a Brigada Militar. Foi uma situação muito vexatória para as duas mães. Então, ali, Dr. Mario, o que a gente pede é que o acolhimento seja mais humanizado; não de parte dos profissionais de saúde, mas aquele acolhimento ali na recepção. Ele é um pouco demorado. Às vezes, ele é até... Eu já fiquei ali, não para ser atendida, não acompanhando familiar, mas para observar – na Bom Jesus. E, às vezes, as pessoas que estão ali na portaria, na recepção, elas negligenciam um pouco, elas deixam a pessoa um pouco ali na demora. Então, eu acho que ali teria que

ter... Não é uma crítica ao profissional, mas eu acho que tem que ter uma orientação para que aquele atendimento ali, que é aquele primeiro atendimento, sem passar pela equipe de enfermagem e médica, que aquele primeiro atendimento seja um pouco mais humanizado. E quanto à demora, é o que a gente tem visto em todos os serviços. Porque as pessoas têm que faltar ao trabalho, hoje em dia as pessoas valorizam muito o trabalho, a questão econômica está bem complicada, então as pessoas têm medo de perder o trabalho, e às vezes elas optam por ir num atendimento na emergência porque elas sabem que tudo ali vai ser resolvido. E a gente sabe que é por isso que tem muitas vezes a superlotação nos prontos atendimentos. Mas a nossa crítica quanto ao contrato é que na Bom Jesus está tudo liberado para a obra começar e a obra não começou. E a própria gestão municipal já fez reformas ali no consultório odontológico e no consultório de tuberculose, nesse período, e as obras que a SPDM teria que iniciar não foram iniciadas. Era isso. Muito obrigada.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Obrigada, dona Inês. Vou pedir que nós sejamos breves nas nossas falas, o tema é importante, mas a gente, infelizmente, tem um tempo. Então, eu vou pedir que todos sejam bem objetivos nas suas falas, até porque nós vamos agora abrir também as inscrições, quem quiser se inscreve com o Luiz para falar, vai ter direito a falar por três minutos. A doutora Isadora, da PGM, está com a palavra.

**SRA. ISADORA NAJJAR:** Bom dia. Pela PGM, o que eu posso acrescentar, complementando que o representante da SPDM e o próprio Favio colocaram, a gente precisa diferenciar quando há um não atendimento ao contrato, a uma determinada cláusula, quando há um não atendimento com justificativa e sem justificativa. Quando há um descumprimento sem justificativa, enseja uma atuação mais dura do Município, da fiscalização, ensejando a aplicação das sanções previstas no instrumento contratual, no caso o instrumento de parceria; mas quando há uma justificativa legítima, que a área técnica entende como idônea, a justificar aquele não atendimento, o que o Município precisa fazer é envidar esforços junto com o parceiro para conseguir colocar em prática aquele

item não atendido e chegar ao objetivo final, que é o atendimento à população. Então, nesse caso, principalmente nesse caso, que é uma parceria em que não há partes contrapostas propriamente no contrato, mas sim uma conjunção de esforços para um objetivo comum, o que a gente precisa é chegar numa solução, o máximo possível, amigável, evitar, ao máximo, a judicialização, que é algo que atrasa muito, e é uma diretriz da PGM. Embora nós sejamos operadores do direito, não chegar ao judiciário, porque isso atrapalha tanto o parceiro quanto a população. Então, pela parte da PGM, eu acho que é isso que eu tenho a acrescentar e obrigada.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Obrigada pela fala. O Sr. Rafael Abech Dias, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – RS, está com a palavra.

**SR. RAFAEL ABECH DIAS:** Bom dia a todos, eu não vou nominá-los, mas vou saudar a iniciativa do Ver. Oliboni, em nome dele já cumprimento todos os vereadores da Casa, todos os colegas que participam aqui. A participação da OAB basicamente é uma participação institucional, eu estou aqui representando o presidente Leonardo Lamachia, em nome da Comissão Especial do Direito à Saúde. A OAB sempre preza por estar acompanhando e se fazendo presente nesses espaços na sua missão institucional de tentar ajudar a comunidade, ajudar a que todos possam chegar aos seus objetivos. Em especial, agradecemos o convite desde já, e vamos estar sempre à disposição para isso. Obviamente que aqui a questão vai além da questão jurídica, tem uma questão técnica por trás, que precisa ser bastante observada. Eu acho que tem que pontuar a questão da fiscalização e a e a questão do cumprimento contratual de forma técnica, e, para isso, existem pessoas nominadas que devem ter capacidade para fazer isso. A OAB só preza por sempre oportunizar o contraditório, seja para o parceiro, seja para o ente público, e no ensejo que a solução sempre seja a melhor possível para a população, porque, no final das contas, é o usuário do SUS, é a pessoa que está lá no dia a dia que merece ter atendidos os seus desejos, as suas necessidades. Dito isso, eu me despeço, fico

à disposição para qualquer coisa e, se precisar alguma coisa da OAB, estamos à disposição.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Obrigada, Dr. Rafael. O Sr. Mauro Luis Silva de Souza, promotor de justiça do Ministério Público Estadual, está com a palavra.

**SR. MAURO LUIS SILVA DE SOUZA:** Ver.<sup>a</sup> Cláudia, muito bom dia, obrigado por esse espaço; Ver. Aldacir – vou manter o equilíbrio e chamar pelo primeiro nome cada um; senhores componentes da Mesa, senhoras e senhores; para nós, do Ministério Público, é bastante importante ver uma reunião como esta, e quero saudar a iniciativa do Ver. Oliboni de propor este espaço aqui, porque é exatamente isso. Quer dizer, os vereadores, a Câmara de Vereadores, o Legislativo, enquanto fiscalizador das ações do Poder Executivo e representante da população, tem que propor mesmo isso. Há uma reclamação de que um serviço pode não estar funcionando como seria adequado, a gente tem que fiscalizar. E, por outro lado, também me sinto muito à vontade e muito satisfeito de ver que o gestor municipal e o prestador de serviço prontamente vieram trazer para a comunidade as explicações, os números e os fatos que demonstram que o serviço anda adequadamente como não era de se esperar de outro modo. O Ministério Público tem trabalhado bastante com a Secretaria Municipal de Saúde aqui, saudamos sempre a condução que tem sido dada pelo secretário Ritter e por toda a sua equipe. Às vezes, a gente tem que acionar alguma coisa e, às vezes, a gente discorda em alguns pontos, não chega a um acordo, até judicializamos, e, por vezes, temos sucesso na nossa judicialização, como tivemos em um ou outro caso. E essa questão da fiscalização aqui me remete a uma outra questão que aconteceu comigo e que nem era do SUS. Nós, do Ministério Público, também somos fiscalizados pela população e também somos fiscalizados pelos nossos órgãos de correição. E eu tive uma reclamação contra mim na Corregedoria do Ministério Público de um cidadão, e nem foi do SUS... e eu vou dizer o nome da instituição, os senhores me permitam dizer o nome da instituição, não é nenhum... até porque a instituição agiu absolutamente de forma



adequada. O cidadão se dirige à emergência do Hospital Mãe de Deus, aqui em Porto Alegre – foi antes da pandemia, isso já tem lá uns seis anos –, o cidadão se dirige à emergência do Hospital Mãe de Deus, aqui em Porto Alegre, com um problema gástrico, ele estava com dores abdominais e pede para ser atendido. A pessoa que fazia a triagem no Mãe de Deus analisou e disse: “Olha, o senhor faz o seguinte: o senhor vá ali no Posto de Saúde Modelo, que o senhor vai ser atendido e vai ter solução para o seu problema em, no máximo, 45 minutos.” O cidadão ficou profundamente ofendido, me perdoem, não há nenhum preconceito aqui no que eu quero dizer, não tomem por esse lado, eu tive que analisar tudo isso, com provas e tudo mais. Ele disse para a pessoa da triagem mais ou menos assim: “Quem a senhora ou o senhor pensa que eu sou? Eu não sou usuário do SUS, eu tenho plano de saúde, é por isso que eu estou aqui nesta instituição. Eu quero ser atendido aqui.” A pessoa disse: “Muito bem.” Colocou uma pulseira azul no braço da pessoa, e ele foi atendido quatro horas depois. Ele foi atendido quatro horas depois, porque todos os vermelhos, todos os laranjas, todos os amarelos passaram na frente dele ali, naquela emergência de uma instituição particular. Ele vai à Promotoria, reclama na Promotoria, eu abro o expediente, junto toda a prova, vi que a instituição atendeu adequadamente a saúde, mandei arquivar. Pois o cidadão, inconformado com isso, recorreu do arquivamento e, ainda, fez uma representação na Corregedoria contra mim. Só para dizer aos senhores que a questão do atendimento é mais ou menos assim em todos os lugares. Há protocolos, há técnicas para que se façam os atendimentos. Precisa melhorar? Precisa melhorar, sim. O SUS precisa melhorar? Precisa melhorar, mas a gente vê que há um esforço do pessoal no sentido de fazer o atendimento. E, claro, a Atenção Primária na Unidade Básica de Saúde tem que ser resolutiva, porque senão o sujeito não vai na Unidade Básica de Saúde. Se ele sabe que vai ser agendado para a semana que vem, ele não vai na Unidade Básica de Saúde, ele vai num pronto atendimento, porque ele tem certeza de que ali ele vai ser atendido, mas nós temos isso. O Paulo falava aqui das unidades, se pegar o IAPI, vai ver que lá muito mais de 20% são pessoas de outros municípios, e o IAPI está bem na porta ali de Porto Alegre. A gente acompanha isso há mais de 20 anos aqui em Porto Alegre.

Então, o Ministério Público também tem estado atento a isso, eu trouxe essa alegoria aqui para os senhores, só para a gente ver como a coisa funciona, e a gente sabe, vai no pronto-socorro, eu já acompanhei casos ali no pronto-socorro, por exemplo, a pessoa levou três horas para ser atendida. Fez uma radiografia, fez uma tomografia, foi atendido por um neurocirurgião e por um cirurgião bucomaxilofacial, tudo em quatro horas; e foi para casa com o seu problema resolvido. Então, há problemas pontuais? Há, sem dúvida, e são nesses problemas que nós temos que focar, na nossa atuação, sem dúvida. E o Ministério Público é parceiro para isso, inclusive para os problemas de financiamento, que nós sabemos que a União nunca aplicou, nunca, nenhum governo da União, desde que eu acompanho isso, há mais de 20 anos, os mínimos constitucionais em saúde e continua não aplicando; e o Estado do Rio Grande do Sul também nunca aplicou os mínimos constitucionais em saúde. Isso acaba sempre sobrando para os municípios. A gente sabe que os municípios... Claro, também, vamos tratar daquele ponto, isso é piso, isso não é teto, mas a gente sabe que apenas os municípios aplicam alguma coisa muito mais que o piso. Porto Alegre deve estar na faixa dos 27% de orçamento em saúde, quando o piso é 15%; e o Estado do Rio Grande do Sul não aplica os 12%; e a União não aplica os 15% e mais: acabou de entrar com uma emenda constitucional no Senado, agora, para retirar da Constituição os 15% de mínimo em saúde. Então, nós precisamos nos preocupar com tudo isso. Como é que a gente faz isso? Eu não sei, mas o Ministério Público está lá e é parceiro, especialmente da comunidade, para que a gente resolva esses problemas. Mais uma vez parabênzo a iniciativa do Ver. Oliboni e parabênzo a atuação do Município de Porto Alegre e a fiscalização da comunidade lá na Lomba do Pinheiro e lá na Bom Jesus, porque é isso o que a gente precisa fazer. Democracia é isso: cada um vai lá, ocupa o seu espaço e traz as questões para o debate. Eu acho que a gente tem que fazer mesmo isso, e esses espaços aqui são espaços privilegiados para esse debate e para essas soluções. Muito obrigado.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Obrigada, Dr. Mauro. Com certeza muitos são os debates que a gente pode trazer para esta comissão, porque a

nossa saúde precisa muito dessa fala e dessa resolutividade. É o que a gente mais precisa. Vamos ouvir o Daniel Sauer, do Simers.

**SR. DANIEL SAUER WOLFF:** Bom dia a todos, represento o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul, no lugar do Dr. Marcos Rovinski, presidente do Simers. Queria agradecer o Ver. Oliboni e a Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo. A gente sabe que esses problemas da comunidade sempre estão presentes, agradecer à senhora, representante da comunidade, que a gente sabe que essa realidade é comum, não só na Lomba do Pinheiro e na Bom Jesus, mas em vários setores do interior de Porto Alegre e da Região Metropolitana. Eu queria dar algumas sugestões: fazer uma comissão de acompanhamento da obra, que é uma obra importante para o Município; como está próximo ao fechamento do contrato, fazer uma comissão de verificação do contrato e contratações dos médicos com RQE – registro de especialista –, tanto para atendimento na urgência, emergência, atendimento na pediatria, ter pediatras contratados para fazer esse atendimento, para que não ocorram equívocos na hora do atendimento, na próxima licitação ou na próxima elaboração do contrato. Também gostaria de propor uma comissão de atendimento em toda a Porto Alegre e Região Metropolitana, sabendo que nós temos problemas; tanto o sindicato médico tem ido em Canoas, em Alvorada, em Cachoeirinha... Sabemos que tem o problema do Instituto de Cardiologia, que não tem pago e não está conseguindo fazer atendimento em todas as demandas nos hospitais da Região Metropolitana e isso acarreta, naqueles 10%, 12% ou até mais, em todos os atendimentos aqui dentro de Porto Alegre... Então, isso não é um problema só de Porto Alegre, é um problema do Estado. A gente sabe que todos os recursos não são colocados na Saúde. Esse recurso deveria ser mais alocado para que a população tenha um bom atendimento em toda a Porto Alegre, em toda a Região Metropolitana e no Estado. Nós precisamos, na unidade básica de saúde, ter a colocação novamente de especialistas. Os pediatras saíram da unidade básica de saúde, os cardiologistas que eram contratados saíram da unidade básica de saúde e os ginecologistas não estão mais nos postos. Isso acarreta um aumento no bairro Bom Jesus, no Lomba do Pinheiro e em todas as outras unidades. Então, a gente

precisa fazer uma reestruturação para que Porto Alegre volte a ser referência de atendimento da população. Para que esses prontos atendimentos não tenham uma demanda aumentada de fichas azuis e verdes, que é onde tem o real aumento dessa população que não se sente bem atendida. Porque a gente vê pelos tempos que são feitos de vermelhos e laranjas, que são o principal... Essas UPAs, os prontos atendimentos, estão abertas para que esse tipo de população dos laranjas, vermelhos e amarelos seja atendida, não dos verdes e dos azuis. A gente precisa que uma estrutura complexa seja feita e seja aumentada a oferta de especialistas também na atenção básica. Então, eu queria propor a esta comissão a adequação de atendimento em toda a Porto Alegre e Região Metropolitana, que não é só um problema de Porto Alegre, é um problema que deve ser discutido junto com o Estado para alocação desses recursos que não estão sendo alocados à Saúde. Eu acho que é isso que o sindicato tem para falar, nós somos parceiros e queremos estar juntos nessa proposição. Obrigado.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Obrigada, Dr. Daniel. O Sr. João Marcelo está com a palavra.

**SR. JOÃO JOSÉ MARCELO:** Bom dia a todos. De imediato, eu gostaria de agradecer a quem teve a iniciativa de trazer esta reunião, a todos os presentes e à nossa comunidade que está presente. Como membro do Conselho Gestor do Pronto Atendimento, eu nasci no bairro Lomba do Pinheiro antes do PA. Eu tenho uma militância no Lomba há mais de 40 anos, quando se pleiteava um hospital no Lomba. Por divergências políticas no passado, o bairro Restinga, que nunca falou em hospital, tem hospital e tem todo um atendimento personalizado, enquanto que no Lomba ainda tem um PA, felizmente hoje, em andamento para uma mudança para UPA III de pronto atendimento provisório, de forma estrutural, com uma equipe que atende bem a população. Os profissionais com dedicação, mas nós temos a dificuldade de estrutura física. Com relação à questão da estrutura física, isso impossibilita um atendimento mais adequado com os especialistas, que eu não sei o nome, mas eu me permito apontar – foi falado aqui, foi falado lá –, que são necessários o retorno e a utilização desses

profissionais para readequar o atendimento. Porque só quem está lá na ponta, como nós, usuários, vivencia os problemas diariamente. Quando a gente vê um gráfico, o gráfico não me dá injeção, o gráfico não me tira dor de cabeça, o gráfico não me diz quantos profissionais tem à disposição para me atender, o gráfico não me diz que horas eu vou ser atendido. Então, não sei quanto tempo eu tenho ainda, mas eu quero apontar uma situação que há muitos anos eu venho falando na região. Quando tiraram os sete agentes de saúde, eram oito, na verdade, quando foi instalada a US Santa Helena, duas equipes completas de 40 horas, oito agentes de saúde. Eu fui coordenador do conselho e ainda sou do conselho de lá, eu nunca conheci nenhum deles, nós tivemos sete, e hoje teve um momento em ficou apenas um. E quem faz aquela porta, que eu ouvi falar aqui, que nós já discutimos, inclusive, como conselho gestor com a UPA, a primeira recepção não é lá no guichê para quem está com problema, quem vai para o guichê vai fazer o encaixe do problema, o problema fica aqui gemendo e torcendo que seja atendido logo. Então, nós temos conversado com a coordenação da UPA da Lomba, que faça aquela primeira humanização, é um termo bonito, só que, lá na ponta, é difícil chegar, alguns têm essa dedicação, outros não conseguem fazer isso. Acho que a questão do protocolo, eu acho falho o protocolo, e o protocolo é falho em nível mundial, mas quem conhece o mundo ou quem conhece onde vive sabe que são várias realidades diferentes, então, o que dói lá não dói aqui. Se é igual para todo mundo, lá está sobrando, aqui está faltando. O azul, antes, tinha uma fitinha branca nas unidades, o azul e o verde têm que ser atendidos lá na unidade básica, só que, onde tinha duas equipes, agora, tem uma e meia; onde tinha dois médicos, hoje tem só um; onde eram três, tem só um; onde tem um, às vezes, não tem nenhum. E onde é que eu vou ser atendido pelo médico? Lá na UPA, seja na Bom Jesus ou na Lomba ou em qualquer lugar do mundo. Se fizer esse encaixe dos agentes de saúde na unidade e saúde, colocar o médico à disposição durante o tempo em que a unidade de saúde fica aberta, vai reduzir, na UPA, vai facilitar o atendimento na emergência, se houver essa recepção de humanização na porta, antes do atendimento de avaliação. Muito obrigado, desculpem se me estendi demais.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** O Sr. Acir Luís Paloschi, Conselho Local de Saúde da Unidade Básica de Saúde Panorama, está com a palavra.

**SR. ACIR LUÍS PALOSCHI:** Bom dia, eu aqui falo em nome do Conselho Local de Saúde da Unidade de Saúde Panorama, da qual participo, e também pelo Conselho Popular da Lomba do Pinheiro. Primeira coisa, quero agradecer ao João Marcelo, a Margarida, a Ana e a Terezinha, que estão aqui, porque eles são do Conselho Gestor da Unidade Pronto Atendimento da Lomba do Pinheiro, eles acompanham de perto a situação da unidade, e eu sei da batalha deles para que a unidade melhore o atendimento à comunidade. O problema não é o atendimento, e os profissionais atendem bem, são ótimos, o problema é a demora. Eu sou usuário lá da UPA, o problema são as obras que... eu até entendo a justificativa que foi dada aqui no sentido da pandemia, é verdade, o atraso, houve valores absurdos, mas depois eu ouvi também falar aqui que teve uma judicialização. Qual era a judicialização? Certamente valores. Daí eu fiz um cálculo rápido, R\$ 2 milhões, por mês, são para a obra e para outras coisas. Vamos dizer que, se desses R\$ 2 milhões, 10% por mês, a empresa guardasse para obra, hoje teriam R\$18 milhões só na Lomba do Pinheiro; R\$ 18 milhões na Bom Jesus, para obra; e a obra é R\$ 8 milhões. Assim, essa obra vai ser entregue quando terminar o contrato, talvez, se não houver atraso. Portanto, o grande receio nosso é que daqui a pouco se quebra, se quebra, se deixa a obra lá pela metade, e aí termina o contrato e se renova com outra empresa; e começa tudo de novo. Esse é o grande receio. Que bom que está acontecendo na obra, mas o grande receio que eu tenho, como morador lá da Lomba, é que essa obra pode estar no meio quando terminar o contrato. E aí tem um grande problema, a Prefeitura terceirizou toda saúde, e aí vem isso que o Marcelo está dizendo, onde tinha quatro agentes comunitários de saúde, tem um; onde tinha um médico que atendia uma equipe, agora tem um que atende talvez duas equipes, com dois agentes, onde tinha oito agentes. Então não tem prevenção em Porto Alegre; é tudo urgência e emergência. As pessoas vão onde tem atendimento certo, ou seja, não vão na unidade de saúde; eles vão na São Carlos, que até as 10h, ou não na UPA.



Assim, nós temos que repensar é a Atenção Primária, voltar a pensar melhor isso aí, para não estourar na urgência e na emergência. Só quero colocar uma pergunta objetiva para a SPDM: qual é a data de entrega das obras, tanto da Bom Jesus quanto da Lomba do Pinheiro?

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** O Sr. Mario Silva Monteiro está com a palavra.

**SR. MARIO SILVA MONTEIRO:** Só para responder algumas situações que foram colocadas aqui. Os dados daquela cronologia do atendimento, eles são dados pelo prontuário eletrônico. O prontuário eletrônico registra cada ação dentro do prontuário, e isso é medido, isso é transformado em resultado na prestação de contas assistencial, isso é um ponto, é precisa essa medição.

A senhora colocou que os nossos médicos não são especializados em urgência. Eles são, todos são especializados e com curso de urgência. A mudança da farmácia foi em determinação da Secretaria de Saúde e não para desocupação da obra, foi uma coisa por conta de logística que a própria secretaria executou. Em relação aos pediatras, todos têm RQE, e nós contratamos 100% CLT, então todos os direitos trabalhistas, etc., são preservados nas nossas contratações.

Em relação à resposta, a programação da Lomba do Pinheiro é de 12 meses, se iniciou em agosto, setembro, então a previsão é para agosto, setembro; e a Bom Jesus, a previsão é para início de novembro, a previsão são 12 meses também, mas quem já fez reforma sabe que a reforma é muito pior do que a construção do zero, do zero você tem um projeto, você levanta, não tem desperdício, você consegue correr, e na reforma você acha um cano que está no meio do caminho e não era para estar lá. A gente tem que fazer reforço estrutural na Lomba do Pinheiro, por isso que o valor dela é maior, são R\$ 2 milhões a mais do que a da Bom Jesus, por conta de estrutura, tem que se construir um outro andar, tem que se construir elevador, é uma obra mais complexa. Respondendo, setembro é a entrega da Lomba do Pinheiro, conforme a data da empresa contratada para execução da obra, e Bom Jesus para novembro, junto com término do contrato, muito provavelmente.

Aqui eu já faço uma sugestão para o gestor público, que é sempre bom: eu acho que seria interessante estender o termo de colaboração por mais um ano, isso daria uma garantia de mais tranquilidade, inclusive de a gente poder executar essas obras sem sobressalto, sem é paralisação, é uma coisa que seria bastante interessante, a prorrogação de um ano nesse termo de colaboração.

Só para deixar registrado também que existe uma discussão – e foi falado de judicialização – que eu acho importante a gente colocar: a judicialização foi por conta da necessidade de a gente ter um aporte financeiro no termo de colaboração; esse termo de colaboração, desde novembro de 2019, se encontra naqueles valores; no termo de colaboração é previsto o reajuste pelo índice do IPCA, e esse índice não foi aplicado nenhuma vez nesses quatro anos. Pensem nas despesas de vocês dentro de casa, uma inflação acumulada de IPCA nesse período. Essa é a discussão que hoje está em andamento na secretaria, esse reequilíbrio que é necessário para que a gente consiga manter o funcionamento dos equipamentos 100%, como a gente tem conseguido ainda manter, e finalizar obra, porque a pior coisa em ano eleitoral é paralisar uma obra no meio da campanha eleitoral. Essa discussão está viva dentro da secretaria, e a judicialização é por conta desse ponto específico da discussão do reequilíbrio do termo de colaboração pelo IPCA. Nós estamos acumulando já três dissídios, que nós pagamos, e tem mais um dissídio que está pendente, daqui a pouco a gente vai ter barulho por conta dos funcionários. Então isso está em discussão com a secretaria, eu só queria pontuar aqui porque foi tocado no ponto da judicialização desse termo de parceria.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Obrigada, Dr. Mario. Para responder, rapidamente, o Sr. Bobek.

**SR. PAULO RICARDO BOBEK:** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Cláudia, para resgatar aqui o que o João Marcelo trouxe sobre as equipes de humanização, acho que um pouco o Dr. Mario já comentou ali da formação das equipes e da capacidade de performance deles. Só para lembrar que nós temos 16 unidades da Atenção Primária que abrem até as 22h na cidade também para dar um suporte nessas

situações de pronto atendimento. A secretaria tem buscado expandir os serviços conforme a demanda, dentro do que o recurso financeiro permite. Já aproveito para falar que nós temos uma boa relação com a SPDM, a gente sempre tem tido prontas respostas e uma vontade de fazer as coisas, então cabe destacar aqui que a empresa tem sendo muito colaborativa e cumprido seus compromissos contratuais. Na questão do repasse, ficou acertado que a partir do início das obras se daria o prosseguimento na questão do reajuste do IPCA, o que está sendo tratado já pelo gabinete do secretário. Está se fechando as contas da Operação Inverno, e vamos acertar isso, dentro do possível, porque para nós é importante que o parceiro esteja saudável financeiramente para honrar seus compromissos.

Com relação à extensão do contrato, bom aí a gente vai levar isso ao gabinete, a gente tem até novembro do ano que vem, o contrato, na vigência, então acho que a gente espera que até lá os compromissos estejam fechados das obras. A gente sabe que obra tem data para começar, mas, para entregar, a gente não consegue controlar isso.

A outra questão que o Acir trouxe, das equipes insuficientes; eu estou extrapolando um pouco aqui as minhas atribuições, eu sou coordenador municipal das urgências, então as questões relacionadas à Atenção Primária são melhor tratadas com a diretora Vânia, mas, das informações que foram apresentadas na última reunião do Conselho Municipal de Saúde, as equipes estão completas. Porto Alegre, dentro dos parâmetros de pontuação da Atenção Primária, conforme o programa Previne que está vigendo ainda no Ministério da Saúde, embora sejam parâmetros estabelecidos no governo anterior, o governo atual, federal, não substituiu os indicadores e as metas. Então, avaliando em cima das metas que estão vigentes, Porto Alegre atingiu o terceiro lugar em termo de performance dentro da Atenção Primária. A gente, claro, sempre trata da questão de números, não que a gente não tenha sensibilidade para os casos. Eu acho que os casos que são trazidos, tanto dos conselhos gestores, conselho municipal ou o próprio Legislativo que nos aponta, ouvidoria, são apontamentos para a melhoria do sistema, e eles sempre são bem-vindos e acolhidos no sentido de ajustar os nossos processos, mas a gente sempre acaba trabalhando

com os números mais gerais, coletivos e com indicadores e metas. Isso é necessário, dado a objetividade que o próprio Ministério da Saúde impõe nas suas políticas e que é seguido pelos estados e pelos municípios. Então, dentro da performance do município, a gente até tem considerado adequado, não que não tenha espaço para melhoria, sempre tem. Do termo de colaboração, correção... Acho que era isso, rapidamente, Ver.<sup>a</sup> Cláudia, era isso, se me esqueci de alguma coisa podemos retomar.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Obrigada, Paulo Bobeck. Quero dizer que me preocupa muito, cada reunião que a gente tem, da comissão de saúde, a gente fica mais preocupado. Quando a gente fala nessa reestruturação, quando a gente fala na falta de especialistas dentro dos postos, quando a gente fala na questão da farmácia distrital ter saído de um local onde ela era já adequada para aquela população, tudo isso é muito preocupante. Sempre o usuário é o maior prejudicado de tudo isso. A gente trabalha aqui incansavelmente dentro da comissão de saúde, traz esses temas que são polêmicos justamente por que é muito importante a gente poder fazer essa construção.

Com relação ao que o Bobeck falou dos 16 postos até as 22 horas, é importante, é necessário, mas a gente recebe muita reclamação de que postos até as 22 horas, muitas vezes, não tem médico. Não adianta ter posto aberto, com horário avançado, e não ter médico para atender a população. Isso é uma coisa que a gente fala em fiscalização. A gente precisa disso na verdade. Eu acho que o maior problema que a gente tem é a questão de fiscalização. Como é que a gente tem certeza de que aquela equipe, de que aquele médico está no posto naquele horário. Eu recebo muita reclamação com relação a isso. A gente já investiu, este ano, mais de 26, 27% em saúde do nosso orçamento, e não tem fim. A gente teria que investir pelo menos mais 25, 26 e ainda assim não teria fim. Então realmente é extremamente preocupante.

Queria deixar, assim, como sugestão, agora o Ver. Oliboni vai fazer o encaminhamento, mas quem sabe a gente pensa numa solução, visto que a gente não tem como não receber as pessoas, os usuários, que são ficha verde,

ficha azul. Quem sabe a gente possa, como a gente tem na priorização do idoso para atendimento, quem sabe a gente tenha um pessoal que pudesse atender, para não prejudicar os vermelhos e os laranjas, diretamente, específico para atender a essas pessoas, para que elas não fiquem mais 5, 6, 7 horas esperando. Não sei se isso é possível; estou dando como uma ideia lançada, mas para que a gente tivesse um médico específico que pudesse atender a essas causas menos urgentes, para que essas pessoas não ficassem tanto tempo, porque a gente sabe que tem os reincidentes, aqueles que vão todo o dia no posto, às vezes, para receber um carinho, porque não é tão grave assim, mas se sente acolhido no posto de saúde, mas a gente sabe também que se eu tiver uma dor abdominal, como o Dr. Mauro falou, que pode ser considerado não urgente, mas, eu, para mim, é muito urgente, porque eu estou passando mal, eu estou me sentindo mal, essa pessoa precisa desse acolhimento. Não sei.

**SR. MARIO SILVA MONTEIRO:** Em São Paulo, nós estamos com uma experiência agora próxima de um ano, que é a consulta por telemedicina.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Em Porto Alegre também.

**SR. MARIO SILVA MONTEIRO:** O médico *online*, e, justamente, a gente faz, no acolhimento, a separação das fichas verdes, as azuis é administrativa, é uma solução que nem precisa de assistência de saúde, mas, as verdes, a gente faz uma classificação de quem pode passar numa consulta *online*. Isso teve uma aceitação muito grande...

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Pode ser uma solução.

**SR. MARIO SILVA MONTEIRO:** Eu acho que é uma ferramenta a mais, porque existe o gráfico de temperatura do atendimento. O atendimento é maior em determinados horários, das dez da manhã às duas da tarde, depois, de novo, das cinco até as sete da noite. Por quê? Porque é a hora que as pessoas têm

para serem atendidas. Nesses pontos de temperatura maior de atendimento, a gente pode colocar o acréscimo de uma assistência *online* que resolve o verde...

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Que não deixa de ser o que eu falei. Não vai ter um médico presencial ali, mas vai ter um médico atendendo esta fila diferenciada.

**SR. MARIO SILVA MONTEIRO:** A aceitação da população, surpreendentemente, foi muito grande. Foi muito grande porque, se a pessoa vai trocar uma receita, ela não precisa esperar 4h. Ela falou: “Eu quero passar com médico da telemedicina”. O médico lá na Bahia – o médico não está no Rio Grande do Sul.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Acho que é de pensar nisso.

**SR. MARIO SILVA MONTEIRO:** Ele faz a receita, troca. O paciente sai contente, tranquilo e deixa o ambiente da unidade num ambiente melhor. Essa é uma sugestão que a gente pode deixar aqui.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Obrigada, doutor. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para fazer os encaminhamentos finais.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo. Quero agradecer aqui a vinda, tanto do governo municipal, como também da própria SPDM; do Conselho Municipal de Saúde, como do Conselho Distrital de Saúde da Lomba do Pinheiro. E dizer o seguinte: acho que... Eu queria fazer um apelo aqui, Dr. Mario, para a gente abrir uma janela de diálogo porque o acompanhamento do controle social é de extrema importância –para o Conselho Distrital e para o Conselho Municipal de Saúde –, pois faz a interlocução e pode nos trazer informações se, de fato, as coisas estão acontecendo, quando o governo não traz, ou a própria empresa, vamos dizer assim, que hoje faz a gestão. E nós percebemos que, no meio do caminho, que aconteceram algumas



coisas, e nós não estávamos sabendo. Eu diria que, para ter o acompanhamento de se, de fato, está atendendo a UPA Porte 3, se já tem anuência do Ministério de Saúde, se já tem... O que, de fato, o Ministério de Saúde está exigindo para ser considerada UPA Porte 3. Eu sei que tem um número de atendimento, tem que ter que um número de salas, tem que ter um tipo de especialidade, tem que ter no mínimo 22 leitos e tem que ter todo um regramento. Por isso estou propondo – e vou encaminhar para a comissão de saúde – duas visitas: uma em dezembro, onde já começou a obra. Eu falo em dezembro porque até o dia 15, 20 de dezembro termina o nosso ano letivo e inicia só em fevereiro. Até lá, os senhores terão um tempo, vamos dizer assim, para nos apresentar nessa visita que a comissão fará *in loco*, na Lomba do Pinheiro. Porque começou primeiro a obra e se, de fato, esse é o modelo UPA Porte 3; se, de fato, isso está contemplando o controle social. Esse é o primeiro aspecto. O segundo, faremos lá em fevereiro para a Bom Jesus, que está um pouco mais atrasada. Nesse meio tempo, eu pediria à SPDM e ao governo municipal que fornecessem à Comissão de Saúde os projetos ora apresentados. Precisamos saber se, de fato, esses projetos apresentados... Isso tudo formalmente porque o Luiz está lá anotando, que é quem coordena a Comissão de Saúde. Mas também, em 30 dias no máximo, Dr. Mario, que seja formada a comissão, conforme prevê contrato, cláusula 9ª, inciso 9.3, qual é a comissão dos colaboradores que fiscalizam o contrato. Ela pode ir junto conosco fiscalizar a obra, que é um representante do colaborador, no caso, a empresa tem que ter um representante e um suplente; o Conselho Municipal de Saúde, um membro representante e um suplente; e, a Secretaria Municipal de Saúde, três representantes e três suplentes. Claro que estamos falando aqui de titulares; portanto, são apenas cinco pessoas. Essas cinco pessoas vão acompanhar a obra inclusive, trazida aqui pelo Simers. Acho que é importante ter essa comissão para poder fazer, não só a interlocução com o poder público municipal; com a empresa; como também, com os vereadores, o Poder Legislativo.

Então eu falei da reunião que nós vamos fazer nos dois locais nesse período de até o final do ano e depois em fevereiro, início do próximo ano. Nós estamos exigindo então que se formalize a comissão de acompanhamento, e os projetos

têm que ser encaminhados para a Câmara de Vereadores. Sempre apelando ao governo que volte, por favor, a farmácia distrital. Tem aqui uma demanda muito pontual, os especialistas... Nós perdemos muito o vínculo com o cidadão, com a sociedade quando, na Atenção Básica, se retirou o agente comunitário, muito bem frisado aqui. Porque, em cada equipe – e a Cláudia acompanha muito bem esse tema – tinha quatro agentes, hoje tem um; algumas têm dois. E é esse cidadão, esse profissional agente comunitário que ia lá e sabia se o Sr. João era hipertenso ou não, Mario. Agora não tem. Esse cidadão está indo lá consultar para pegar a receita, é verdade; a ficha azul, a ficha verde. Então como nós vamos resolver isso? A Atenção Básica tem que ter, vamos dizer assim, o caminho. Mas, infelizmente, não está acontecendo nesse momento. Agradeço a todos e faço um apelo aqui para abrir essa janela de diálogo.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 12h03min.)